

Ex-diretor nega ter enganado conselheiros e isenta Dilma

Em depoimento à CPI da Petrobras no Senado, Nestor Cerveró afirmou que foi acertada a decisão do conselho da estatal pela compra da refinaria de Pasadena

Responsável pelo resumo executivo que resultou na aprovação da compra da refinaria pela Petrobras, em 2006, o ex-diretor da área Internacional da empresa afirmou que a decisão atendeu o planejamento estratégico da estatal. Ele contestou a informação divulgada na imprensa de

que Pasadena teria custado à antiga dona, Astra Oil, US\$ 48 milhões. Segundo ele, foram US\$ 360 milhões. Na terça-feira, a comissão ouve a presidente da Petrobras, Graça Foster. Na quinta, poderá ser instalada a CPI mista (com senadores e deputados), aguardada pelos partidos de oposição. **7**



Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, depõe à CPI, presidida por Vital do Rêgo e relatada por José Pimentel

Geraldo Magela/Agência Senado

Projeto que criminaliza manifestações é criticado **3**

Sugestão sobre porte de armas tem destaque na internet **2**

Turismólogos defendem mudanças na legislação **4**

Países lusófonos reclamam direito à plataforma continental

Representantes de países de língua portuguesa defenderam em audiência pública na Comissão

de Relações Exteriores o direito à exploração dos recursos da plataforma continental. **8**

Tratamento de câncer no SUS deve ser agilizado

José Cruz/Agência Senado



Integrantes de associação de mastectomizadas cobram cumprimento da lei

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, Patricia Chueiri, do Ministério da Saúde, anunciou que a pasta deverá sustar artigo de norma que regulamenta a lei sobre início do tratamento de paciente com câncer pelo SUS. Com a medida, o prazo máximo para o tratamento será de 60 dias após o laudo patológico. **6**



Adriano Moreira, senador Cristovam e Marcus Paranaçu na reunião da CRE

Marcos Oliveira/Agência Senado

Propostas que punem trabalho escravo podem ser votadas terça **5**

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado

Proposta sobre porte de arma é destaque na web

Iniciativa apresentada no e-Cidadania que autoriza o porte de armas para cidadãos habilitados teve grande repercussão nas redes sociais, assim como enquete sobre desmilitarização da polícia

A SUGESTÃO DE que cidadãos devidamente habilitados sejam autorizados a portar armas (SUG 12/2014) — apresentada por internautas no Portal e-Cidadania e que será discutida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) — está causando grande movimentação nas redes sociais.

A postagem sobre o tema publicada no Facebook pelo perfil “Notícias do Senado” já foi compartilhada quase 17 mil vezes e recebeu 4 mil curtidas e 800 comentários. Ao todo, já passou pela página inicial de mais de 2 milhões de pessoas, o que, na linguagem do Facebook, é chamado de alcance.

Com a repercussão, a maté-

ria sobre a sugestão, publicada pela Agência Senado, já teve mais de 53 mil visualizações — tornando-se a mais lida do ano. Após debate na CDH, a sugestão será analisada e, se transformada em projeto de lei, tramitará normalmente.

Há poucos dias, outra matéria sobre segurança atraiu a atenção dos internautas. O texto tratava da enquete promovida pelo site do Senado a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que reorganiza as forças policiais, extinguindo o caráter militar e determinando que atuem tanto no policiamento ostensivo quanto nas investigações dos crimes. O post no Facebook, em 7 de

maio, teve mais de 4 mil compartilhamentos e mais de 500 comentários.

Participação

No e-Cidadania, é possível sugerir projetos de lei e audiências e votar as sugestões apresentadas. As propostas com 10 mil apoios são encaminhadas para a comissão mais pertinente para análise. As ideias de projetos com 20 mil votos vão à CDH e, se acatadas, iniciam a tramitação formal. Até agora, já atingiram esse patamar a iniciativa de legalização da maconha e outra sobre a regulamentação do marketing multinível.

Acesse o Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania



Loja de caça comercializa armas e munições em Brasília: sugestão ao e-Cidadania autoriza porte para cidadão habilitado

Agência Senado completa 5 anos no Twitter

No dia 14 de maio, o perfil da Agência Senado no Twitter completou 5 anos. A criação da conta, que nos primeiros meses de existência apenas replicava automaticamente as publicações feitas no Portal de Notícias, marcou a estreia do Senado nas redes sociais. Hoje, nas várias redes, as publica-

ções do Senado já atingem, diretamente, mais de 200 mil pessoas.

Publicações do perfil “Notícias do Senado” no Facebook já foram vistas por mais de 1 milhão de brasileiros: a de maior alcance chegou a 1.480.192 cidadãos. Trata-se de uma ilustração que alerta

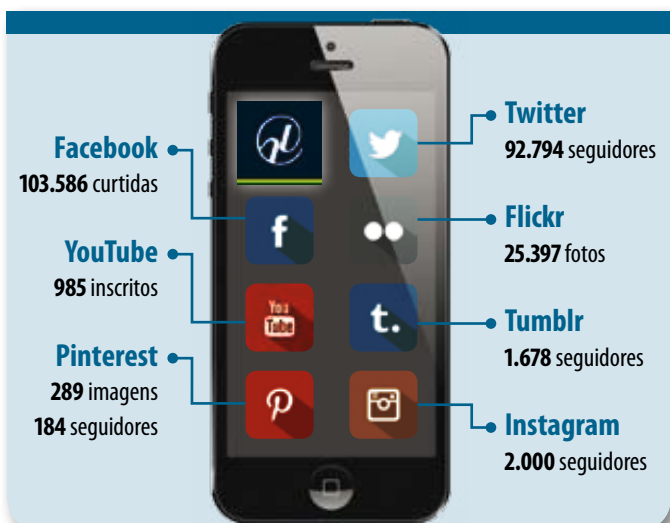
para a grande quantidade de notícias falsas que circulam nas redes sociais e sugere ao leitor sempre checar a fonte antes de repassar uma informação.

Nesses cinco anos, o Senado e o país mudaram. Em junho de 2013, as manifestações populares mostraram a força das novas formas de comunicação. De acordo com o IBGE, 83 milhões de brasileiros com mais de 10 anos já tinham acessado a internet em setembro de 2013, o que representa 49,2% da população nessa faixa etária. Em 2011, eram 38,7 milhões.

— Adaptar o formalismo e a sisudez de uma instituição histórica para o espaço dos memes e da “zoeira” da internet é nosso grande desafio. Não queremos ser chatos e formais demais nem perder a credibilidade. As publicações da Agência Senado interessam a todos os brasileiros, porque as decisões do Parlamento têm potencial para alterar nossa vida — diz Silvia Gomide, editora de Mídias Sociais.

Seguidores nas redes sociais

O perfil da Agência Senado no Twitter completou 5 anos. Hoje, somando os seguidores nas várias redes, as publicações de novas mídias do Senado já atingem, diretamente, mais de 200 mil pessoas. Veja os números:



Cristovam cita excesso de laudos de déficit de atenção no Enem

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que está surgindo no país uma “indústria de laudos”, com pessoas diagnosticadas com déficit de atenção que passam a ter mais tempo para fazer provas — nos testes do Enem, têm mais uma hora. É o que o senador classificou de jeitinho brasileiro e cota do tempo.

— A criança com déficit de atenção a gente deve cuidar



Marcos Oliveira/Agência Senado

na escola, de forma que essa deficiência seja compensada aprendendo. Não, a gente não faz isso, a escola continua como está. Na hora de fazer o exame, já que a gente não fez o dever de casa, dá uma horinha a mais para a pessoa. É uma espécie de cota do tempo.

Escolhido Conselho da Comenda Dom Hélder Câmara 2014

O Senado já tem composto o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara 2014, que escolherá cinco personalidades com relevante contribuição à defesa dos direitos humanos no país. O prêmio é entregue anualmente e leva o nome de dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, falecido em 1999 e conhecido pela defesa dos pobres e dos



Reprodução

perseguidos políticos durante a ditadura militar no Brasil.

Podem indicar candidatos entidades com atuação nacional, senadores e deputados. A escolha é feita pelo conselho, composto por representantes de cada um dos partidos com assento no Senado.

Abertas as indicações para a Comenda Abdias Nascimento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou aos parlamentares que está aberto, até 1º de junho, o prazo para indicar os nomes que vão receber a Comenda Abdias Nascimento, instituída pelo Senado em 2013 para homenagear pessoas que protegem e valorizam a cultura afro-brasileira.

De acordo com Renan, a medida valoriza a luta contra



J. Freitas

a discriminação racial.

— O Senado quer fazer sua parte, tanto para premiar os que oferecem contribuição relevante à promoção da cultura afro-brasileira quanto para conceder aos afrodescendentes oportunidades especiais de ascensão social.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamento de senadores.

PRESIDÊNCIA Entrega do Minha Casa, Minha Vida

15h O senador Renan Calheiros participa de cerimônia de entrega de 456 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no Residencial Deputado Nelson Costa, na Fazenda São Luiz Evangelista, em Coruripe (AL).

CRA Resultados do Terra Legal

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência para avaliar o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Terra Legal) e as políticas de crédito rural. O evento ocorrerá na Feira de Inovação e Tecnologia, em Ji-Paraná (RO).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Casildo participa de congresso sobre prevenção de desastres

O Brasil vai contar com representantes na quarta sessão da Plataforma Regional das Américas para Redução de Riscos em Desastres. Entre eles, Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem o encontro vai ser uma ótima oportunidade de troca de experiências sobre a prevenção e a minimização de estragos em razão de tragédias naturais.

O encontro será no Equador, na próxima semana.

O senador lembrou que é importante criar no Brasil a cultura da prevenção, que, além de poupar vidas, gera economia. Para cada R\$ 1 gasto em ações preventivas, economizam-se até R\$ 9 na reparação dos danos.

Em que pese a importância dessas ações, poucos são os municípios do país que têm planos de prevenção de desastres. Apenas metade das cidades com mais de 500 mil habitantes tem plano.



Paulo Paim divulga carta de associação de vítimas da boate Kiss

Paulo Paim (PT-RS) citou em Plenário carta da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria protestando contra a emissão de licenças provisórias para estabelecimentos sem alvará definitivo dos bombeiros. A entidade lembrou que a lei estadual que regula a matéria foi suspensa parcialmente por pressão de empresários que têm desprezado o investimento em prevenção de acidentes.

Para o parlamentar, é necessário fazer uma política de prevenção para que “vidas não se percam mais uma vez, como aconteceu, infelizmente, na nossa querida cidade de Santa Maria”.

Paulo Paim criticou o projeto de lei antiterrorismo, que considera uma forma de calar os movimentos sociais. Ele teme que a proposta seja usada para reduzir a liberdade de expressão do povo. O senador também cobrou uma posição dos candidatos a presidente sobre a política de reajuste de pensões e aposentadorias, especialmente quanto a propostas em relação ao fator previdenciário.

Sindicalistas consideraram, em audiência pública na CDH, que a tramitação no Congresso de projetos de lei que criminalizam ações de movimentos sociais trazem risco à democracia



Matheus Gomes, Silvana Pineda, Paulo Paim, José Maria Almeida e Deise Benedito: proposta é vista como retrocesso

Debatedores são contra criminalizar manifestação

A APROVAÇÃO DE projetos que criminalizam as ações de movimentos sociais é um retrocesso, afeta direitos garantidos pela Constituição, como o de greve e o de livre manifestação, e poderá gerar presos políticos em plena vigência do regime democrático brasileiro. Esse foi o alerta feito por participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Tramitam no Senado propostas que buscam penalizar pessoas ou grupos que gerem “pânico ou perigo à integridade da comunidade ou de prédios públicos”, legislação que afetaria, por exemplo, movimentos liderados por sindicatos e trabalhadores em greve ou entidades da sociedade civil.

Pelo texto do Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/2013, de Armando Monteiro (PTB-PE), os líderes poderiam ser presos e enquadrados como terroristas. Essa proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Outro projeto, o PLS 499/2013, que define os crimes de terrorismo, só não foi votado em Plenário devido à articulação de Paulo Paim (PT-RS).

Violência da polícia

Para José Maria de Almeida, da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), atualmente os movimentos sociais já vêm sofrendo com o aumento da violência das polícias contra os manifestantes, o desrespeito aos direitos de greve e de manifestação e os assassinatos nas periferias, além da instauração de inquéritos responsabilizando os líderes desses movimentos. O quadro piorará se tais propostas forem aprovadas, opinou.

Conforme dados apresentados por ele, houve um recrudescimento da repressão e da criminalização de diri-

gentes e ativistas militantes de maneira alarmante desde as manifestações de junho do ano passado até agora. Já foram mais de 2 mil presos e, destes, 370 respondem a inquéritos. Desse modo, argumentou o sindicalista, pessoas que organizaram manifestações para reduzir o valor dos transportes no Rio Grande do Sul, por exemplo, poderão ser presas acusadas de cumplicidade numa quadrilha organizada para promover depredações e furtos e pegar até 20 anos de cadeia.

— Vão ser presos porque lideraram uma manifestação para baixar o preço da passagem de ônibus. Isso é ser preso político — disse.



Protestos contra aumento de passagens geraram grandes mobilizações

Para investigado, policiais usam falsas acusações em inquéritos

Matheus Gomes, membro da direção da Assembleia Nacional de Estudantes — Livre (Anel), é um dos investigados, junto com cinco estudantes que, na opinião dele, estão sofrendo um processo de tentativa de desmoralização, por parte da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e da Justiça. Segundo afirmou, os policiais utilizam “gestos arbitrários e acusações falsas” para embasar os inquéritos e comprometer os organizadores das manifestações como mentores intelectuais de desordens e roubos ocorridos e sobre

Segundo explicou Almeida, as quebraadeiras e destruições promovidas durante as passeatas criam um clima político que interfere na legitimidade dos movimentos sociais.

Ele criticou a Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), que dá a liberdade para as polícias, por exemplo, infiltrarem pessoal nas manifestações, e insinuou que os quebra-quebras poderiam até mesmo não ser feitos pelos *black blocs*, como costumeiramente se acusa, mas sim em ação semelhante ao atentado do Riocentro, durante a ditadura, protagonizado pelos próprios militares para culpar os manifestantes.

Simon alerta para radicalização no período eleitoral

Após advertir que o Brasil vive momento difícil e que a radicalização não soma para ninguém, Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que governistas e oposição busquem um entendimento para que o clima eleitoral não agrave a crise enfrentada pelo país.

Ele comentou que, esta semana, enquanto pouquíssimos senadores participavam da CPI da Petrobras, o clima fervilhava em São Paulo, com os motoristas mantendo a greve após rejeitar o acordo que havia sido feito para o fim da paralisação. Além disso, policiais civis anunciavam greve em vários estados.

Simon disse temer radicalizações por causa das eleições e acredita que isso seria ruim para o país. Por isso, apelou aos candidatos à Presidência para que façam “um grande debate, com grandes teses, em paz e com respeito”.



Suplicy se preocupa com paralisação dos ônibus em São Paulo

Eduardo Suplicy (PT-SP) demonstrou ontem preocupação com a paralisação dos ônibus na capital paulista nos últimos dois dias e lamentou as dificuldades de transporte vividas pela população. O senador destacou a importância de ações coordenadas dos governos estadual e municipal para garantir o serviço essencial do transporte público.

Ele fez um apelo para que os representantes das empresas e o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo cheguem a um acordo na Justiça do Trabalho. A proposta inicial de reajuste salarial de 10%, mais participação nos lucros, não foi aceita por toda a categoria.

— É importante que as reivindicações sejam colocadas num nível de respeito para com o conjunto da população.



Parlamentares e representantes do setor defenderam, em debate na quarta-feira, a definição de quem pode exercer a atividade

Profissionais cobram no Congresso modificações na Lei do Turismólogo

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA promovida na quarta-feira pelas Comissões de Turismo da Câmara dos Deputados e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado recebeu parlamentares, representante do Ministério do Turismo, associações e profissionais do turismo, que discutiram a importância da valorização da profissão de turismólogo. O debate foi sugerido pelo deputado Valadares Filho (PSB-SE) e pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A profissão de turismólogo é reconhecida pela Lei 12.591/2012, que não define, porém, quem pode desempenhá-la. Atualmente, não há exigência de curso para o exercício profissional. O turismólogo tem dezenas de atribuições, entre elas, planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo.

Artigo da lei que foi vetado definia quem poderia exercer as atividades de turismólogo: os diplomados em curso superior de turismo ou hotelaria; os diplomados em curso similar no exterior, após validação do



Debate sobre turismólogo reuniu comissões da área na Câmara (acima) e no Senado, presidida por Valadares (detalhe)

diploma; e aqueles que, embora não diplomados, vinham exercendo, por pelo menos cinco anos, as atividades de turismólogo elencadas pela lei.

Reconhecimento

Elzário Pereira Junior, presidente da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo, solicitou a revisão e a aplicação da lei para que contemple os profissionais com formação de nível superior em turismo, hotelaria, gastronomia e eventos.

— Pedimos um reconhecimento de fato, pois de direito

já temos. A nossa categoria já ultrapassa milhares de profissionais de nível superior ávidos pelo desenvolvimento do turismo no país — disse.

A representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Kelly Lima Teixeira, afirmou que o turismólogo é o profissional de nível superior apto a fomentar o desenvolvimento do turismo no Brasil.

— Esse profissional já tem uma identidade na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 12-20, mas precisamos de mais

valorização — afirmou.

Jun Alex Yamamoto, coordenador técnico da Câmara de Regionalização do Ministério do Turismo, afirma que a publicação da lei do turismólogo foi um avanço, mas sempre precisará de revisão.

Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o governo deve valorizar esses profissionais, pois evitaria também a evasão para o exterior. Segundo ele, a demanda do setor está crescendo e “é evidente que se está criando uma área técnica que exige uma melhor regulamentação”.

Caminhoneiros pedem mais debate de proposta

A proposta que flexibiliza o horário de trabalho dos motoristas profissionais deve ser votada quarta-feira no Plenário do Senado. O PLC 41/2014 altera a Lei do Descanso (Lei 12.619/2012), permitindo que a jornada de trabalho do motorista chegue a oito horas seguidas, com duas extras, e ainda possa ser estendida em mais quatro horas, a depender do acordo coletivo da categoria.

De acordo com a proposta, a cada seis horas ao volante, o motorista deverá descansar 30 minutos, mas esse tempo poderá ser fracionado.

O projeto estava em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo Romero Jucá (PMDB-RR) como relator. Ontem, no entanto, foi aprovado em Plenário um pedido de urgência na tramitação.

A jornada e o tempo de descanso são alvo de crítica por parte de entidades ligadas à classe dos caminhoneiros, que temem que a flexibilização da jornada diária máxima de trabalho tenha como consequências o aumento de acidentes e mortes no trânsito.

Representantes das entidades se reuniram com o

presidente do Senado, Renan Calheiros, na terça-feira, para pedir que os trabalhadores fossem ouvidos antes da aprovação da proposta. Renan prometeu democratizar a discussão, abrindo o debate a todos os setores, e ouvir os motoristas durante o tempo necessário para que a Casa possa chegar a um texto de consenso. Paulo Paim (PT-RS), que também participou do encontro, afirmou que é contra o aumento da jornada ininterrupta e disse acreditar que a aprovação da matéria significará um retrocesso na legislação trabalhista.

O PLC 41/2012 ainda converte em advertência as multas previstas em lei para quem desrespeita a exigência de descansos durante a jornada e para caminhões com excesso de peso. Se aprovado no Plenário sem alterações, o projeto segue para sanção. Caso haja mudanças, retorna para a Câmara dos Deputados.

O projeto foi aprovado pela Câmara em abril na forma de substitutivo do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) a projetos de Jerônimo Goergen (PP-RS) e de uma comissão especial formada para analisar o tema.

Sugestão sobre anistia a grevistas vai virar projeto

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheu na quarta-feira sugestão de proposta legislativa que modifica a Lei 10.790/2003 para ampliar o período de anistia a dirigentes sindicais e trabalhadores da Petrobras punidos por participação em movimentos reivindicatórios e greves.

A Sugestão (SUG) 12/2013 foi apresentada à CDH pela

Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas e recebeu apoio do relator, senador Paulo Paim (PT-RS). Com a decisão de quarta-feira, a sugestão será transformada em projeto de lei e passará a tramitar no Senado.

A Lei 10.790/2003 concedeu anistia entre 1994 e 1996 a trabalhadores que sofreram punições ou foram demitidos pela participação nos movimentos da categoria, assegurando

a reintegração ao emprego.

A sugestão que será transformada em projeto determina que a anistia compreenda o período entre 1992 e 2002. Além de favorecer trabalhadores que receberam punições ou que foram demitidos, como já previsto na lei, o texto estende o benefício aos que foram levados a aderir a programas de demissão incentivada.

Em seu voto favorável, Paim

afirma ter havido coação moral ou indução para adesão a esses programas.

— Em audiência pública nesta comissão em 6 de junho de 2013, ouvimos relato a respeito da pressão psicológica patronal para a adesão aos programas. Entre os problemas verificados, estão a ausência de acordo coletivo, a falta de exames demissionais e as transferências forçadas — disse.

Humberto quer rapidez em votação de texto sobre o Bolsa Família

Já não há mais modificações capazes de mudar o “pensamento das pessoas” sobre o projeto que propõe alterações na legislação do Programa Bolsa Família, disse Humberto Costa (PT-PE). O senador cobrou celeridade na votação, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do PLS 458/2013, de Aécio Neves (PSDB-MG), sobre o programa.

— A proposta vem sendo pautada e debatida há muito tempo. Por isso, quero fazer um apelo para que possamos votar, aprovar ou rejeitar, até porque o fato de não votarmos alimenta um debate político — disse.

Humberto pediu que Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que abriu a reunião de ontem da CAS, transmitisse o apelo ao presidente da comissão, Waldemir Moka (PMDB-MS), e à relatora do projeto, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A proposta seria o primeiro item a ser votado ontem. No entanto, Moka explicou que Lúcia Vânia, devido a doença na família, estava impossibilitada de comparecer à reunião e solicitou a retirada da matéria da pauta. Ele assegurou que o item voltará automaticamente na próxima semana.

O projeto altera a Lei 10.836/2004 para que, mesmo havendo mudança na condição de elegibilidade por aumento na renda, a família possa ainda se beneficiar do programa por mais seis meses. Para o autor, a medida é necessária diante da “instabilidade de renda do trabalhador carente”, até que se mantenha em um trabalho.

Banco de horas

A comissão aprovou ainda requerimento de duas audiências públicas. A primeira — para instruir o PLS 88/2013, que trata da “negociação do banco de horas com categoria profissional preponderante” — foi sugerida pelo relator da matéria, Paulo Paim (PT-RS). Serão convidados dirigentes de centrais sindicais e confederações empresariais. A segunda foi proposta por Paulo Davim (PV-RN) e terá o objetivo de debater as condições de assistência dos hospitais federais no país.



Humberto diz que atraso na votação alimenta debate político indesejado

Duas propostas para punir o trabalho escravo

Emenda à Constituição que expropria terra em que se verifique o crime pode ser votada na terça, junto com proposta que distingue trabalho escravo de infração trabalhista

A PROPOSTA DE Emenda à Constituição (PEC) 57A/1999, que prevê a expropriação de terras em que se verifique a prática de trabalho escravo, deve ser votada na terça-feira, mas os líderes partidários ainda buscam um acordo sobre a proposição. A intenção é votar na mesma sessão a PEC, relatada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e o projeto de lei que disciplina a expropriação de propriedades rurais e urbanas envolvidas com exploração de trabalho escravo (PLS 432/2013), relatado por Romero Jucá (PMDB-RR).

— A ideia é votar a PEC no primeiro turno, depois o projeto de lei e, em seguida, a PEC no segundo turno. Vamos apreciar as emendas de Plenário e depois estará pronto para votar. A partir dessa emenda constitucional, vai se tomar a propriedade daquele que está fazendo trabalho escravo, que está contratando ou que está usufruindo o trabalho escravo. Então, a legislação tem que ser bastante dura, mas bastante objetiva, para não se cometer injustiça — afirmou Romero Jucá.

Em 19 de março, Aloysio Nunes aceitou mudar o parecer dele, para, em vez de rejeitar, acolher como emenda de redação uma mudança sugerida por Jucá “para clarificar a legislação”. A emenda acrescenta a expressão “definido em lei” logo após a menção à exploração do trabalho escravo, como forma de impedir que uma



Produção de carvão em Goiás: atualmente, só as terras onde há cultivo de plantas psicotrópicas podem ser expropriadas

eventual infração trabalhista seja confundida com trabalho escravo.

A emenda de Plenário resgata trecho do substitutivo à PEC 57A aprovado pela Câmara dos Deputados. A inserção do termo “definido em lei” vincularia a classificação de exploração de trabalho escravo à existência de um comando legal expresso, e a interpretação do conceito não ficaria ao arbítrio da fiscalização.

A princípio, Aloysio Nunes resolveu rejeitar a emenda por considerar o temor infundado. Ele argumentou que a redação aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em junho de 2013, havia não só eliminado a previsão de expropriação imediata de terras motivada por trabalho escravo como também condicionava a imposição da pena ao proprietário à regulamentação da prática

por lei específica.

A necessidade de uma nova definição para trabalho escravo é objeto de polêmica. Proprietários rurais alegam que, se não houver um conceito mais claro, ficarão sujeitos a um excessivo rigor da fiscalização. Já quem defende um combate mais duro a esse tipo de crime alega que já há definições, como a do artigo 149 do Código Penal, que o tipifica de “redução a condição análoga à escravidão”.

Histórico

Apresentado pela Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, o PLS 432/2013 disciplina a expropriação de propriedade rural e urbana envolvida com trabalho escravo.

Relator da comissão, Romero Jucá caracterizou o trabalho coercitivo (escravo)

e o distinguiu claramente do desrespeito à lei trabalhista. A tramitação paralela à PEC 57A de um projeto de lei que regulamentasse a matéria foi sugerida por Aloysio Nunes como forma de evitar o risco de interpretações equivocadas.

Apresentada pelo então senador Ademir Andrade, a PEC 57A estabelece que as

propriedades rurais ou urbanas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo serão expropriadas. Esses imóveis terão como destino a reforma agrária e os programas de habitação popular. Além disso, os proprietários não receberão indenizações.

A emenda altera o artigo 243 da Constituição. Hoje, o dispositivo prevê que somente as terras onde há cultivo de vegetais psicotrópicas, como maconha e coca, podem ser expropriadas e destinadas ao assentamento de colonos.

A imposição de trabalho escravo é punida hoje, pelo Código Penal, com penas que vão de dois a oito anos de prisão, mais pagamento de multa. A punição pode ser aumentada em 50% se o crime for cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito.



Aloysio Nunes aceitou emenda à PEC para evitar interpretação equivocada



Jucá relata proposta da comissão que regulamenta Constituição

Paim acredita em votação rápida da PEC do Trabalho Escravo

O senador Paulo Paim (PT-RS) leu ontem, em Plenário, agradecimento da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, pela decisão dos líderes de votarem logo a PEC 57A/1999, que pune os proprietários de terras onde haja trabalho escravo. Ele acredita que a proposta será mesmo votada na terça-feira.

— No período de 1995 a 2014, conforme dados do Ministério do Trabalho, 46.478 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à de escravos, no meio urbano e no meio rural — disse.

Paim destacou que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os exploradores do trabalho escravo no mundo têm um lucro anual de US\$ 150 bilhões.

Paim também condenou a ação do grupo islâmico Boko Haram, que há dois meses sequestrou 276 meninas numa escola da Nigéria.

Senado discute regularização fundiária na Amazônia Legal

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove hoje, às 14h, audiência pública e interativa na cidade de Ji-Paraná (RO) para avaliar as metas e os resultados do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Terra Legal) e das políticas de crédito rural.

Entre os convidados, estão representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra, do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia. O cidadão também pode participar pelos canais interativos do Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

▶ **Alô Senado:**
www.senado.leg.br/alosenado

▶ **Tempo real:**
http://bit.ly/CRAregularizacaoAS

▶ **Facebook:** alosenado

▶ **Twitter:** @AloSenado

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Taquigrafia:**
http://bit.ly/comissaoAgricultura

Audiência com ministro da Agricultura debaterá apoio à safra agrícola



O ministro da Agricultura, Neri Gueller (foto), será convidado a discutir na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) medidas de apoio ao setor para a safra 2014-2015. Requerimento para o debate, assinado por Benedito de Lira (PP-AL), Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ruben Figueiró (PSDB-MS), foi aprovado ontem. A data ainda será definida.

Na presidência da CRA, Benedito disse esperar pela presença do ministro, que também deverá ser questionado sobre a demora na regulamentação da lei que trata da produção de medicamento genérico de uso veterinário (Lei 12.689/2012). Conforme o senador, o ministro era esperado na comissão ontem, mas não compareceu.

Comissões analisam incentivo a políticas de reflorestamento

A política de reflorestamento e a associação de empresas do setor em torno da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), entidade que representa a cadeia produtiva de árvores plantadas, serão tema de audiência conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A participação da CRA no debate foi proposta pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Serão convidados a presidente da Ibá, Elizabeth de Carvalhaes, e o presidente do conselho consultivo da entidade, Carlos Lira Aguiar.

Conforme Moka, as florestas plantadas promovem o desenvolvimento de diversos setores, como a indústria moveleira e de celulose. Ele também disse que o incentivo ao reflorestamento é essencial para o aproveitamento produtivo de áreas degradadas.

Ruben Figueiró critica excesso de burocracia do governo federal



Ruben Figueiró (PSDB-MS) lamentou a falta de ação do governo federal para atender três das principais reivindicações de Mato Grosso do Sul, por ele defendidas no Senado.

O parlamentar lembrou que mais de 80 conflitos entre índios e produtores rurais estão ocorrendo neste momento no estado, mas o governo nada resolve. Outro problema é o assoreamento do Rio Taquari.

No entendimento do senador, a burocracia federal impede o atendimento dos pleitos do estado:

— Confesso: como é difícil transpor as barreiras da burocracia. Elas são colocadas como numa pista de atletismo: ultrapasse uma e logo vem outra, num processo que desanima — disse.

Artigo de portaria que regulamenta o tratamento da doença pelo Sistema Único de Saúde será sustado. Prazo máximo para iniciar procedimento deve diminuir

Ministério vai apressar tratamento de câncer

O MINISTÉRIO DA Saúde vai sustar um dos artigos da Portaria 876/2013, que regulamenta a aplicação de lei (Lei 12.732/2012) que trata do início do tratamento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de paciente diagnosticado com câncer. O dispositivo considera como ponto de partida, ao tratar do prazo máximo de 60 dias para início do tratamento, o dia do registro do diagnóstico no prontuário do paciente, enquanto a lei fixa como referência a data da assinatura do laudo patológico.

A disposição da pasta em rever a portaria foi revelada por Patricia Sampaio Chueiri, coordenadora-geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do ministério. Ela falou durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que teve por finalidade avaliar o primeiro ano de vigência da lei. Disse que a pasta reconheceu que há divergência entre a regulamentação e o texto legal.

— O artigo vai cair e as providências estão acontecendo dentro do ministério. O que podemos fazer é nos esforçar para que a decisão seja mais rápida — disse Patricia, quando questionada sobre previsão



Subprocurador-geral da República, Eitel Santiago fala em audiência pública dirigida por Moka (C), presidente da CAS

para o desfecho da medida.

A audiência foi proposta por Ana Amélia (PP-RS), que atuou como relatora da matéria no Senado. A lei completou um ano no dia do debate, que reuniu especialistas, dirigentes de entidades que cuidam de pacientes com câncer e membros do Ministério Público. O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), dirigiu os trabalhos.

Decreto legislativo

Em meio à promessa do Ministério da Saúde de sustar o dispositivo criticado, a Câmara analisa projeto de decreto

legislativo (PDC 1.293/2013) determinando a mesma providência. A informação foi repassada pela presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), a mastologista Maira Caleffi, para quem a portaria “extrapola seu poder regulamentador”.

Apesar de a lei fixar em 60 dias o prazo para início do tratamento no SUS, contado da divulgação do diagnóstico em laudo patológico, Maira aponta uma defasagem de até 8 meses para que isso ocorra. Na avaliação dela, o prazo

ideal para iniciar a assistência ao paciente seria 30 dias, conforme estabelece a legislação do Chile e do Canadá. O diretor jurídico do Instituto Oncoguia, Tiago Farina Matos, reforçou as queixas sobre a demora no tratamento focando na radioterapia.

— As pessoas demoram cerca de 113 dias para começar o tratamento radioterápico. Atualmente, 90 mil pessoas estão sem acesso a radioterapia, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) — comentou Farina.

O representante da Oncoguia elogiou a disposição

do governo de, na falta de equipamentos de radioterapia na rede pública de saúde, possibilitar a contratação do serviço em clínicas privadas. O problema é que algumas dessas clínicas recusam o atendimento por conta da defasagem na tabela do SUS.

Reajuste de tabelas

A falta de reajuste nos procedimentos ligados ao tratamento do câncer também preocupa o representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (Sboc), Bruno Carvalho Oliveira. Após reclamar que a tabela do SUS está há oito anos sem aumento, ele questionou a representante do Ministério da Saúde sobre alguma previsão de reajuste.

Ana Amélia reconheceu os esforços e avanços na implementação das políticas públicas feitos pelo Ministério da Saúde. Considerou, porém, que o “dever de casa” não está completo e que, no tocante ao prazo de 60 dias, a interpretação dada pela portaria precisa ser de fato revista.

Para Moka, também ficou claro que a lei dos 60 dias não tem sido rigorosamente cumprida, sendo urgente a revogação da portaria.

Entidade critica retirada preventiva de mama

A presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), a mastologista Maira Caleffi, confirmou o crescimento no Brasil do número de pacientes com câncer que têm retirado as duas mamas, e não apenas aquela afetada pela doença. O fato foi revelado, ontem, durante audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a respeito do primeiro ano de vigência da Lei 12.732/2012, que regula o início do tratamento de câncer pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

— Cientificamente, não está comprovado que melhora a sobrevida do paciente tirar as duas mamas. Está havendo abuso dos profissionais de saúde em indicar paciente fragilizada para esse procedimento — denunciou Maira.

A mastologista considerou, entretanto, a possibilidade de a mastectomia bilateral ser recomendada caso a paciente tenha um histórico familiar do câncer. Essa hipótese se encaixa no caso da atriz Angelina Jolie, que decidiu retirar preventivamente as duas mamas depois de confirmar, por exame genético, chances

elevadas de desenvolver a doença.

— Angelina Jolie tinha um gene marcado e decidiu fazer a mutilação porque já tinha duas ou três gerações comprometidas pela doença — comentou Maira, acrescentando que a testagem genética, fundamental para a comprovação desse risco, ainda não está disponível para pacientes do SUS.

Quem questionou a conveniência do procedimento e o eventual aumento da prática no país foi a senadora Ana Amélia, que solicitou a realização do debate na CAS.

Ana Amélia destaca importância de assistência começar cedo

As chances de cura do câncer são maiores se o tratamento começar o quanto antes, destacou Ana Amélia. Segundo a senadora, a regulamentação equivocada da Lei 12.732/2012 é a causa do descumprimento.

— Por isso, reforço a importância da clareza quanto à regulamentação das leis. A legislação é uma referência, um parâmetro, por isso, deve ser regulamentada como tal, sem erros ou chances para duplas interpretações. Isso é importante para todos, indistintamente — afirmou a parlamentar.



Para a senadora, existem problemas quanto à regulamentação da lei

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ex-diretor da estatal, autor do parecer que embasou compra da refinaria de Pasadena disse à CPI que é prática os sumários executivos não trazerem todos os detalhes de um contrato

Petrobras: Cerveró nega ocultação de informações e isenta Dilma

O EX-DIRETOR DA área internacional da Petrobras Nestor Cerveró assegurou ontem à CPI do Senado que não enganou Dilma Rousseff ao omitir cláusulas em documento sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. O resumo executivo elaborado por Cerveró teria embasado a decisão do Conselho de Administração da estatal, à época presidido por Dilma, de aprovar o negócio.

Cláusulas não mencionadas no resumo, conhecidas como Marlin e Put Option, resultaram em despesas milionárias para a Petrobras. Em março, Dilma afirmou, em nota à imprensa, que teria votado a favor da compra da refinaria com base em parecer “falho”.

— Foi-me perguntado se eu teria enganado a então presidente do Conselho de Administração. Não. É evidente que não. É extremamente injusto, depois de quase 40 anos de Petrobras, esse tipo de consideração, de eu ter enganado. Para mim, é inaceitável — disse Cerveró, em audiência com poucos senadores e mais uma vez boicotada pela oposição.

O ex-diretor também afirmou que Dilma Rousseff não foi a responsável pela compra de Pasadena. Ele deixou claro que a operação se justificou pela estratégia da empresa, na época, de se expandir no exterior. Além disso, repetiu a avaliação feita pelo ex-pre-



Ex-diretor da área Internacional da estatal, Nestor Cerveró depõe na CPI, observado por Vital do Rêgo e José Pimentel

sidente da Petrobras Sergio Gabrielli de que a operação de compra de Pasadena foi um bom negócio para a empresa.

— Não há responsável individual. Nem a presidente, nem qualquer outro conselheiro é responsável individualmente pela compra de qualquer ativo, ou venda de qualquer ativo. Somos todos nós responsáveis pela compra de Pasadena, que foi uma compra acertada. Isso é importante e eu quero deixar registrado: essa compra foi acertada — disse.

O ex-diretor também negou ter omitido cláusulas importantes no resumo executivo que serviu de base para que a compra fosse efetuada.

— O sumário não apresenta todos os detalhes de um contrato de centenas de páginas. Isso é uma prática da empresa. O Conselho de Administração recebe as principais informações necessárias para aprovação ou não do projeto — explicou.

Assim que surgiram as primeiras denúncias de que a petrolífera brasileira tinha tomado grande prejuízo com o negócio, Dilma Rousseff disse em nota que votou a favor do negócio com base em parecer “falho” e em documentação que subtraía a informação sobre as cláusulas.

O resumo, analisado pelo conselho, não continha as

cláusulas Marlin e Put Option do contrato. A primeira assegurava à Astra Oil, que era sócia da Petrobras no negócio, uma rentabilidade mínima de 6,9% ao ano. Já a opção de venda, ou Put Option, obrigava a Petrobras a comprar a participação da Astra em caso de conflito entre os sócios.

Para Cerveró, mesmo que as cláusulas estivessem no resumo executivo, o negócio teria sido fechado:

— O projeto foi aprovado sem nenhuma restrição. Acredito que, mesmo que tivessem sido apresentadas, não teriam efeito na aprovação do negócio. Naquele momento, não fariam diferença — afirmou.

Ex-diretor afirma que refinaria foi comprada por questão estratégica

O ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró iniciou depoimento à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades na empresa confirmando afirmação do ex-presidente Sergio Gabrielli segundo a qual, em 2006, o planejamento estratégico da estatal apontava para a necessidade da compra de uma refinaria no exterior.

— Nosso plano apontava para a necessidade de expansão do refino fora do Brasil. Havia produção crescente de petróleo pesado na Bacia de Campos. Aliado a isso, o mercado americano crescia

em taxas elevadas — explicou.

O fator geográfico também foi importante, segundo o executivo, visto que a refinaria de Pasadena está perto de Houston e do Golfo do México, numa posição estratégica.

Cerveró apresentou um histórico da vida profissional dele na companhia. Disse ter sido admitido em 1974 por concurso público. É engenheiro químico e começou a carreira na área de refino.

Segundo ele, no período em que esteve no comando da área Internacional, de 2003 a 2008, a Petrobras expandiu ações no exterior, passando de 8 para 26 países.

Depoente critica mídia e diz que Astra gastou US\$ 360 milhões

Cerveró criticou o que chamou de especulação dos meios de comunicação quanto aos valores gastos com a compra de Pasadena. Ele confirmou que a refinaria custou à Petrobras US\$ 1,2 bilhão, mas negou que a belga Astra Oil tenha tido um lucro considerável com a venda para a estatal brasileira.

Segundo ele, antes da negociação com a estatal brasileira, a Astra havia comprado Pasadena da Crown Refinery por US\$ 360 milhões, e não por US\$ 48 milhões, como noticiado.

O ex-diretor reiterou que as cláusulas Marlin e Put Option

são usuais em operações desse porte.

— Não as considero leoninas. Se fossem, seriam danosas à companhia. Elas não foram. A Marlin, indiscutivelmente, não foi e a Put Option é uma condição de saída, negociada, que não foi imposta, nem para um lado nem para outro — explicou.

O executivo negou que a refinaria estivesse sucateada quando adquirida em 2006. Segundo Nestor Cerveró, hoje, sete anos depois, Pasadena virou uma refinaria-padrão e premiada nos Estados Unidos, o que é motivo de orgulho para a Petrobras.

Para o relator, CPI não traz qualquer fato novo

O relator da CPI da Petrobras, José Pimentel (PT-CE), disse que o depoimento de Nestor Cerveró pouco acrescentou às investigações sobre

possíveis irregularidades na compra de Pasadena. Ele disse que o negócio já foi investigado em 2009 e lembrou que há outras apurações.

— Isso já foi objeto de uma CPI em 2009 e temos um conjunto de dados sobre Pasadena apurados pelos órgãos de fiscalização. Esta CPI não

traz nenhum fato novo. Além disso, é objeto de uma investigação no Tribunal de Contas da União. Já tem investigações feitas nos últimos quatro anos.

Presidente da estatal, Graça Foster depõe terça

A presidente da Petrobras, Graça Foster, será ouvida na CPI da Petrobras na terça-feira. Será a segunda vez que ela comparecerá ao Senado para explicar denúncias de irregularidades na empresa.

— Ao falar a três comissões da Casa em abril, Graça afirmou que, analisada hoje, a aquisição “não foi um bom negócio”. A executiva admitiu a perda de US\$ 530 milhões no “teste do *impairment*” — conceito contábil que define a redução do valor recuperável de ativos.

Na quinta, a CPI ouve o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge e o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Jorge Zelada.

No mesmo dia, poderá ser instalada a CPI mista, que, além de senadores, é integrada por deputados. A oposição recusou-se a participar da comissão no Senado para priorizar a comissão mista, cujos membros devem ser indicados até terça-feira por Renan Calheiros.



Presidente da Petrobras volta ao Senado após ser ouvida em abril

PT da Câmara indica integrantes para comissão mista sobre Petrobras

O líder do PT na Câmara, deputado Vicentinho (SP), anunciou ontem os nomes que vão integrar a comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investigará irregularidades na Petrobras.

Como titulares, foram indicados os deputados Marco Maia (RS) e Sibá Machado (AC) e como suplentes, os deputados Afonso Florence (BA) e Iriny Lopes (ES).

Segundo Vicentinho, o partido precisa da melhor equipe.

— Como a CPMI é muito importante, nós precisamos dos melhores nomes, do melhor time. Então, o melhor goleiro, Marco Maia; a melhor defesa, Iriny Lopes; meio de campo, Afonso Florence; e, no ataque, Sibá Machado. Esse é nosso time — disse.



Vamireh Chacon, da UnB, Adriano Moreira, Cristovam e Marcus Paranaçu: governo brasileiro aguarda resposta da ONU

Debate mostra valor da plataforma continental

Países lusófonos discutem na Comissão de Relações Exteriores a ampliação dos limites da plataforma continental. A medida garantirá às gerações futuras um importante patrimônio mineral

O DIREITO À exploração econômica dos recursos da plataforma continental é muito importante para as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), disse ontem o presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Adriano José Alves Moreira. Ele participou de audiência pública sobre o tema na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

— Todos os países da CPLP são marítimos e, com exceção do Brasil, são países pobres. Para todos eles, a plataforma continental corresponde a um interesse vital — afirmou Moreira.

Na reunião, que foi presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o subchefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Ministério das

Relações Exteriores, Marcus Henrique Paranaçu, informou que o governo brasileiro espera para breve a resposta da Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU) ao pleito de ampliação da plataforma continental.

Se a proposta do Brasil for aceita, o país passará a ter jurisdição em 4,5 milhões de quilômetros quadrados em sua plataforma, área que recebeu do governo brasileiro o nome de Amazônia Azul e corresponde a mais da metade do território do país, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

— Essa ampliação tem importância fundamental para o Brasil, pelo que representa em termos de biodiversidade, recursos minerais e possi-

bilidade de exploração de petróleo. Vamos garantir às gerações futuras de nosso país um patrimônio riquíssimo — previu Paranaçu.

Durante o debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a necessidade de garantir boa utilização dos recursos da plataforma submarina. Ele lembrou o exemplo do Alasca, que conseguiu, por meio da distribuição à população de parte dos resultados obtidos com a exploração de petróleo, reduzir o índice de desigualdade naquele estado norte-americano.

O embaixador da Guiné Equatorial, Benigno-Pedro Matute Tang, lembrou que seu país é o terceiro maior produtor de petróleo na África e quer deixar de ser um dos mais pobres do mundo.

Parlasul debaterá questão das Ilhas Malvinas na Argentina

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá realizar sessão especial em Ushuaia, no sul da Argentina, para debater a situação das Ilhas Malvinas. A proposta, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi prontamente aceita por parlamentares argentinos que participaram, ontem, de debate na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Em sua última sessão, em Montevideu, o Parlasul já havia decidido promover o debate sobre o pleito argentino de recuperar a soberania sobre as Malvinas, até hoje ocupadas pela Inglaterra. Segundo haviam concordado os integrantes do órgão legislativo do Mercosul, a sessão ocorreria em Buenos Aires, ainda sem data marcada. Cristovam, no entanto, opinou que seria melhor promover o encontro em uma cidade mais próxima das ilhas.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados da Argentina, Guillermo Carmona, concordou com a sugestão e indicou Ushuaia, que vem a ser a capital da província da

Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul — ou seja, a capital da província que incluirá as Malvinas, caso as ilhas voltem a fazer parte da Argentina.

— A proposta do senador é absolutamente pertinente e ajustada à preocupação regional que tem a ver com a preservação do Atlântico Sul como zona de paz — disse Carmona.

Na reunião, presidida por Roberto Requião (PMDB-PR), o embaixador Daniel Filmus, secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, agradeceu o “apoio incondicional” do Brasil na luta de seu país por reconquistar a soberania sobre as ilhas.

Requião lembrou que os ingleses foram favoráveis à descolonização das Malvinas, ao contrário dos ilhéus, que indicam preferência pela manutenção do domínio britânico sobre as ilhas. Cristovam Buarque disse que a luta pela recuperação das ilhas não é só da Argentina, “mas de todos nós”.



Roberto Requião coordena reunião entre Guillermo Carmona e Daniel Filmus

Vanessa Grazziotin repudia negativismo em torno da Copa do Mundo



“O Brasil avançou aos olhos do mundo”, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ao repudiar o sentimento negativista de segmentos da sociedade, que criticam o fato de o país sediar a Copa.

A senadora citou declarações do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, segundo as quais o Mundial será bom para o Brasil, pois vai gerar 3,6 milhões de empregos e receber mais de 3 milhões de turistas.

— Qual é o país que não queria estar no lugar do Brasil, sediando a Copa do Mundo e as Olimpíadas? — disse.

Vanessa lamentou também que a oposição tenha exigido tanto a instalação da CPI da Petrobras, mas esteja agora boicotando as reuniões. Para ela, isso mostra que eles queriam apenas chamar a atenção para um tema que renderia frutos eleitorais.

Investimento elevado no Mundial é exibicionismo do governo, critica Couto



Mário Couto (PSDB-PA) criticou ontem os elevados investimentos feitos para a realização da Copa do Mundo, situação que atribuiu ao “exibicionismo” do governo. O senador disse que

não há como convencer o povo de que a construção de estádios é mais importante do que a de hospitais e apontou sinais de crise econômica e social.

— Será que a segurança está boa? Será que a saúde está maravilhosa? Será que os filhos daqueles que não têm condição de pagar escolas caras têm boa educação? — indagou.

Couto também pediu empenho nas investigações de denúncias de corrupção e afirmou que a CPI da Petrobras é “combinada” e sem interesse para a oposição. Ele desafiou o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli e o ex-diretor Nestor Cerveró a mentirem na sua frente em depoimentos ao Congresso.

Senado homenageará instituto por 50 anos de atividade no Brasil

O Plenário do Senado vai homenagear na segunda-feira, às 11h, os 50 anos da instalação do escritório de representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil. O requerimento foi apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O IICA foi fundado em 1942 pelos governos das repúblicas americanas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento das ciências agrônômicas.

Segundo Cristovam, o IICA acumula vasta experiência em cooperação técnica em tecnologia e inovação para a agricultura, sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, agronegócios, comércio agropecuário, desenvolvimento rural e capacitação. O senador explica que o instituto tem uma visão moderna sobre os desafios da agricultura.

O IICA possui 34 estados-membros e atua junto aos Ministérios de Agricultura da região. Atualmente, o instituto desenvolve 20 projetos no Brasil.

Rádio Senado apresenta CD de Edu Lobo gravado ao vivo em Amsterdã

Nesta semana o programa *Rádio Show*, da Rádio Senado, apresenta o CD *Edu Lobo & Metropole Orkest*, gravado ao vivo no Teatro Beurs Van Berlage, em Amsterdã, Holanda, em maio de 2011.

Considerado um dos nomes mais importantes da canção brasileira, o compositor, cantor, arranjador e instrumentista carioca Edu Lobo faz parte da geração que a partir dos anos 60 reformulou a estética tradicional da MPB.

Em mais de meio século de carreira, Edu Lobo firmou seu nome em importantes discos, dos quais saíram clássicos como *Casa Forte*, *Zanzibar* e *Choro Bandido*, todas presentes no CD que será apresentado no *Rádio Show*.

A Rádio Senado pode ser sintonizada em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Manaus (106,9 MHz), Teresina (104,5 MHz), João Pessoa (106,5 MHz) e Macapá (93,9 MHz).